



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE JUNHO DE 1979

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.^{mas} Srs. Alfredo Pinto da Silva

Carlos Alberto Coelho de Sousa

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

Foi dado conhecimento de duas moções de censura ao Governo, apresentadas, respectivamente, pelo PS e pelo PCP.

A Assembleia aprovou a constituição de uma comissão ad hoc para estudar as propostas de alteração à proposta de lei n.º 245/I, relativa ao Orçamento Geral do Estado, e preparar a sua discussão e votação, em Plenário, a realizar no dia seguinte.

Na discussão do assunto participaram os Srs. Deputados Eduardo Pereira (PS), Veiga de Oliveira (PCP), Bento Gonçalves (PSD), Acácio Barreiros (UDP), Carlos Robalo (CDS), António Guterres (PS) e Pedro Roseta (PSD) e o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Alvaro Monjardino).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Alberto Augusto M. da Silva Andrade.
Alberto Marques Antunes.
Alfredo Fernando de Carvalho.
Alfredo Pinto da Silva.
Álvaro Monteiro.
Amadeu da Silva Cruz.
António Barros dos Santos.
António Duarte Arnaut.
António Francisco Barroso Sousa Gomes.
António José Pinheiro da Silva.
António José Sanches Esteves.
António Magalhães da Silva.

António Manuel Maldonado Gonelha.
Aquilino Ribeiro Machado.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel da Costa Moreira.
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
Fernando Jaime Pereira de Almeida.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco António Marcos Barracosa.
Francisco Igrejas Caeiro.
Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
Herculano Rodrigues Pires.
Jaime José Matos da Gama.
João Alfredo Félix Vieira Lima.
João Francisco Ludovico da Costa.
João Joaquim Gonies.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José Cândido Rodrigues Pimenta.
José Ferreira Dionísio.
José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
Ludovina das Dores Rosado.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Alfredo Tito de Morais.
Manuel Branco Ferreira Lima.
Manuel Pereira Dias.
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Bento Gonçalves.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 Carlos Martins Robalo.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Mendes Tavares.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. S. Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Francisco Miguel Duarte.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.

Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão M. Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Manuel Barata Portugal.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Francisco Braga Barroso.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 129 Srs. Deputados.

Temos quórum. Está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Entretanto haviam tomado lugar na bancada do Governo o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e vários outros membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, os nossos trabalhos de hoje constam da discussão e votação na especialidade da proposta de lei sobre o Orçamento Geral do Estado. Mas, como há um número elevado de propostas de alteração, que terão de ser discutidas e votadas segundo a ordem de entrada, o artigo a que se referem e a sua classificação, sugeria que os partidos, se assim o entendessem, tomassem a iniciativa de pedir a suspensão da sessão a fim de se efectuar uma reunião para estudar as propostas uma por uma.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de analisarmos a questão colocada agora com toda a pertinência, queríamos pedir ao Sr. Presidente que lesse as moções de censura ao Governo que deram entrada na Mesa. Primeiro deu entrada a moção de censura do PS, que eu próprio entreguei na Mesa, seguindo-se a do PCP, entregue pelo Sr. Deputado Carlos Brito.

A razão deste pedido é para que os órgãos de comunicação social possam divulgar ao País essas moções de censura e para que o Governo não fique na dúvida sobre a entrada da moção de censura do PS, tal como tinha sido anunciado na nossa conferência de imprensa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Laje, era minha intenção clarificar primeiro a ordem dos trabalhos desta sessão, após o que anunciaria a apresentação das moções de censura ao Governo e faria a sua leitura.

Pausa.

Srs. Deputados, deram entrada na Mesa duas moções de censura ao Governo ...

Aplausos do PS, do PCP, da UDP e dos Deputados independentes Lopes Cardoso, Brás Pinto e Vital Rodrigues.

... uma do Partido Socialista, outra do Partido Comunista Português.

A do Partido Socialista entrou primeiro, acompanhada do respectivo ofício, que diz o seguinte:

Ex.^{ma} Sr. Presidente da Assembleia da República:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entrega a V. Ex.^a a anexa moção de censura ao Governo, solicitando que se sigam os competentes trâmites regimentais (artigo 202.º e seguintes do Regimento).

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, *Francisco Salgado Zenha*.

Agora segue-se a moção de censura.

Moção de censura

Considerando que o Governo tem prosseguido uma política contrária aos imperativos nacionais de estabilidade política, de progresso social e de consolidação da democracia;

Considerando que a actuação do Governo carece de um mínimo de eficácia, viola o compromisso de neutralidade partidária inicialmente assumido e vem constituindo um factor de intranquilidade política e social, nomeadamente ao nível das classes trabalhadoras;

Considerando que, deste modo, o Governo tem revelado não se encontrar à altura de resolver os graves problemas com que o País se debate:

A Assembleia da República aprova a presente moção de censura ao Governo, nos termos e com os efeitos dos artigos 197.º e 198.º da Constituição.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista: *Mário Soares — F. Salgado Zenha — Tito de Moraes — Manuel Alegre — Jaime Gama — António Reis — Arons de Carvalho — Herculano Pereira — Carlos Lage — Alfredo Pinto da Silva.*

Aplausos do PS, do PCP, da UDP e dos Deputados independentes Brás Pinto, Lopes Cardoso e Vital Rodrigues.

Agora passo a ler a moção de censura do PCP e o ofício que a acompanhou.

O ofício é do seguinte teor:

Ex.^{ma} Sr. Presidente da Assembleia da República:

Ao abrigo do artigo 197.º da Constituição da República e do artigo 202.º do Regimento da Assembleia, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta uma moção de censura ao Governo, cujo texto se anexa.

Assembleia da República, 4 de Junho de 1979. — Pelo Grupo Parlamentar do PCP, *Carlos Brito*.

A moção de censura do PCP é a seguinte:

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta a seguinte

Moção de censura

O Governo do Primeiro-Ministro Mota Pinto revelou, ao longo de seis meses de existência, não estar em condições de contribuir para a solução dos problemas nacionais.

O Governo do Primeiro-Ministro Mota Pinto constitui, pela fórmula, composição e actuação, um factor de perturbação da estabilidade e regular funcionamento das instituições democráticas, aprofunda a crise governamental, agrava as condições de vida da maioria dos portugueses, afronta as novas realidades sócio-económicas criadas com o 25 de Abril e agudiza as dificuldades económicas e financeiras do País, pratica actos de violação da Constituição e das leis e representa um perigo efectivo para o regime democrático-constitucional.

Nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do disposto nos artigos 197.º e 198.º da Constituição, a Assembleia da República delibera censurar o Governo do Primeiro-Ministro Mota Pinto.

Assembleia da República, 4 de Junho de 1979. — O Grupo Parlamentar do PCP: *Carlos Brito* e os restantes Deputados do Grupo Parlamentar.

Aplausos do PS, do PCP, da UDP e dos Deputados independentes Brás Pinto, Lopes Cardoso e Vital Rodrigues.

Os problemas decorrentes da apresentação destas duas moções de censura irão ser tratados na reunião dos partidos que a seguir terá lugar no meu gabinete.

Ponho agora à consideração dos partidos a proposta que fiz no início da reunião.

O Sr. **Eduardo Pereira** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tenha a bondade.

O Sr. **Eduardo Pereira** (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está de acordo com a proposta apresentada por V. Ex.^a

O Sr. **Veiga de Oliveira** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tenha a bondade.

O Sr. **Veiga de Oliveira** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, em anteriores discussões na especialidade da proposta de lei sobre o OGE a Assembleia sempre tem discutido as propostas de alteração em comissão *ad hoc*, constituída por representantes de todos os grupos parlamentares, com a possibilidade de nela estarem presentes quaisquer outros Deputados que não estejam constituídos em grupo parlamentar, e também com a presença de elementos do Governo, naturalmente capazes de responder a questões práticas e técnicas que se põem à eventual admissão de propostas de alteração.

Estamos de acordo com a proposta do Sr. Presidente, mas pedíamos que o Governo designasse os seus representantes para poderem estar presentes a essa reunião da comissão *ad hoc*.

O Sr. **Bento Gonçalves** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tenha a bondade.

O Sr. **Bento Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD também está de acordo, desde que seja assegurada a presença de membros do Governo nessa comissão *ad hoc*, para discutir em termos técnicos as correcções que eventualmente se venham a impor por consenso dos grupos parlamentares.

O Sr. **Acácio Barreiros** (UDP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. **Acácio Barreiros** (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP está de acordo com a proposta do Sr. Presidente e com sugestão do PCP para a formação da comissão *ad hoc*. No entanto, queria sugerir, não sei se isto já está implícito na proposta do Sr. Presidente, que na reunião que se segue seja desde já discutida a metodologia a adoptar em relação à discussão das moções de censura.

Aproveito a oportunidade para fazer um esclarecimento, talvez desnecessário, mas que nunca é de mais recordar: que a UDP não apresenta qualquer moção de censura por o Regimento, do qual discordamos, lho não permitir. A não ser assim, teríamos tomado essa iniciativa antes da aprovação na generalidade da proposta de lei sobre o Orçamento Geral do Estado.

O Sr. **Presidente**: — O CDS não se manifesta?

O Sr. **Carlos Robalo** (CDS): — Quem cala consente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, dado que as propostas de alteração são bastantes, sugeria que interrompêssemos a sessão por uma hora e dêssemos desde já início à reunião dos grupos parlamentares.

Entretanto, pergunto aos membros do Governo se podem aceder à proposta dos partidos para se fazerem representar na reunião pelos Ministros que entendesse.

O Sr. **Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro** (Alvaro Monjardino): — Sim, Sr. Presidente. O Governo far-se-á representar nessa reunião por membros devidamente qualificados.

O Sr. **Eduardo Pereira** (PS): — Sr. Presidente, propúnhamos que, nos termos regimentais, se fizesse uma interrupção de meia hora para uma reunião do nosso grupo parlamentar, após o que se iniciaria de imediato a reunião da comissão *ad hoc* com a presença dos membros do Governo.

O Sr. **Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro**: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, eu entendo que essa reunião é para estudar a metodologia a seguir na discussão na especialidade da proposta de lei sobre o OGE.

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Ministro. Esta reunião é para estudar as propostas de alteração.

O **Orador**: — Depois disso haverá uma nova reunião do Plenário e então se decidirá se a discussão na especialidade se faz ou não na comissão *ad hoc*. É assim?

O Sr. **Vital Moreira** (PCP): — A votação tem de ser feita aqui no Plenário.

O Sr. **Veiga de Oliveira** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. **Veiga de Oliveira** (PCP): — Sr. Presidente, é conveniente esclarecer que esta metodologia de trabalho resulta de uma imposição constitucional, com a qual concordamos, que diz que algumas leis, e nomeadamente a lei do OGE, devem ser votadas no Plenário. Sucede, entretanto, que a prática já nos demonstrou, e com alguns prejuízos, que uma discussão e votação na especialidade no Plenário não se pode fazer, em termos de utilidade e até de eficiência, se não for previamente preparada. As propostas de alteração entrecruzam-se, coincidem parcialmente, e a votação feita aqui, sem preparação adequada, pode resultar num pandemónio e serem aprovadas coisas que ninguém quis e misteriosamente acabaram por ser votadas.

Portanto, é para isso que há a comissão *ad hoc*, que vai, afinal, reduzir as propostas de alteração àquilo que o Plenário deve votar. Mas para essa preparação a presença do Governo é, quanto a nós, indispensável, pese embora a circunstância de o Governo vir a ter uma curtíssima vida, porque é ele que deve representar o lado administrativo e técnico das questões.

No uso de um direito regimental, proponho ao Sr. Presidente e a todos os grupos parlamentares que não se tenham ilusões e que decidamos já algo que possa ser realista. A comissão *ad hoc*, atendendo ao elevado número de propostas de alteração existentes, pode demorar algumas horas a encontrar as fórmulas que são susceptíveis de serem votadas.

Como o Partido Socialista já pediu a interrupção da sessão por meia hora e nós também tencionávamos pedir uma interrupção, embora não por tanto tempo, somos levados a pensar que o dia de hoje devia ser reservado para o trabalho da comissão *ad hoc* e que amanhã, com tudo já preparado, se fizesse a sessão plenária para votar na especialidade a proposta de lei do OGE.

É esta proposta que eu faço a todos os grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, aguardo que os grupos parlamentares se manifestem sobre esta proposta.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, continuo a não estar esclarecido. V. Ex.^a havia já decidido que se suspendessem os trabalhos para uma reunião dos grupos parlamentares e eu tinha suposto — e creio que ainda devo continuar a supor — que nessa reunião se trocariam impressões sobre o que se faria a seguir, eventualmente sobre a legitimidade ou adequação desses trabalhos através de uma comissão.

Assim sendo, volto a perguntar se foi isto que V. Ex.^a entendeu, porque me pareceu agora que havia sobreposição de uma outra proposta. Era apenas esta dúvida que eu queria pôr de momento a V. Ex.^a

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, penso que V. Ex.^a está equivocado, talvez por minha causa.

Em primeiro lugar, desde há dias que estava marcada uma reunião para o intervalo desta sessão, caso ela decorresse normalmente. Depois, perante as propostas chegadas à Mesa, verificou-se que os trabalhos — como tem vindo a ser aventado — não poderiam prosseguir eficazmente se não se fizesse um estudo prévio dessas mesmas propostas.

Dado isto, alvitrei que se fizesse uma reunião exclusivamente dedicada ao estudo prévio das propostas de alteração à proposta de lei do Orçamento Geral do Estado que têm vindo a dar entrada na Mesa. Trata-se, portanto, de duas reuniões inteiramente diferentes.

Entretanto, alguns partidos sugeriram já que, em virtude do grande número de propostas existentes e com vista à elaboração de um trabalho mais útil e mais profícuo, se encerrasse agora a sessão de hoje para que amanhã os nossos trabalhos, depois de feito o estudo das propostas, avançassem muito mais rapidamente.

O Sr. **Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, se me dá licença, quero dizer que ainda não estou suficientemente elucidado. Uma coisa é uma reunião de representantes dos grupos parlamentares para um estudo prévio do que se vai fazer e outra coisa é a reunião de uma comissão *ad hoc* que, eventualmente, prepare a votação na especialidade.

Tinha-me parecido no início que V. Ex.^a falou numa reunião dos grupos parlamentares, independentemente da outra que já estava aprazada, para se definir — eventualmente por consenso dos grupos parlamentares — qual a metodologia a seguir, designadamente se deveria ou não ser entregue a uma comissão *ad hoc* a preparação da votação.

Volto, portanto, a formular a pergunta: será assim ou será que V. Ex.^a entende — e, neste caso, creio que terá de ser feita uma votação — dever discutir-se a questão da criação de uma comissão *ad hoc* para preparar as propostas com vista à sua apreciação?

O Sr. **Presidente**: — O que se tem em vista, neste momento, é prepararem-se as propostas para que a sua discussão seja mais profícuo. E a outra reunião destinava-se a estabelecer a metodologia das duas moções de censura. De modo que se trata de duas reuniões com assuntos completamente diferentes.

A ideia que agora surgiu é a de se fazer uma outra reunião para se tratar das propostas e não da metodologia das moções de censura, que será uma reunião diferente e à parte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. **Carlos Robalo** (CDS): — Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer uma proposta.

Penso que V. Ex.^a poderia interromper agora a sessão e fazer seguidamente uma reunião com os líderes dos partidos e com um representante do Governo para chegarmos a uma conclusão, porque me parece extraordinariamente difícil estabelecer-se um plano de discussão em termos de plenário.

E sugeria mais a V. Ex.^a: que depois essa mesma reunião continuasse para se discutir a metodologia da discussão das moções de censura. Penso que seria mais fácil e que ganharíamos tempo se todo este processo se desenvolvesse já no gabinete do Sr. Presidente, com a presença dos representantes dos partidos e do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. **Acácio Barreiros** (UDP): — É para dizer, Sr. Presidente, que penso que a experiência tem demonstrado que a proposta do Sr. Deputado Carlos Robalo é a mais indicada. Os grupos parlamentares e o Governo reuniam-se e voltaríamos depois ao Plenário, onde até se torna difícil estabelecer uma metodologia para a votação das próprias propostas.

O Sr. **Presidente**: — Isso é o que temos estado a dizer, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. **António Guterres** (PS): — Sr. Presidente, é só para recordar que existe uma subcomissão da Comissão de Economia, Finanças e Plano que foi quem preparou o relatório da apresentação a Plenário para votação na generalidade da proposta de lei do Orçamento.

Nesse sentido, parecer-me-ia útil, no caso de o Sr. Presidente concordar, que a reunião dos grupos parlamentares fosse desde logo assessorada pelos elementos da subcomissão respectiva, para que a discussão, no plano técnico, da preparação do debate na espe-

cialidade da proposta de lei do Orçamento pudesse ser travada por essas pessoas, que me parecem ser aquelas que estão mais dentro dos assuntos e em melhores condições para o fazerem.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Aliás, isso até já tinha sido alvitado aqui na Mesa.

Portanto, Srs. Deputados, vamos interromper a sessão.

Eram 15 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 16 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na reunião efectuada estabeleceu-se a composição de duas comissões. Uma, que está já a trabalhar, irá organizar e disciplinar por matérias, e até pela classificação do próprio Regimento, as propostas de alteração à proposta de lei do Orçamento, a fim de amanhã poderem ser discutidas e votadas com mais simplicidade e maior economia de tempo. A outra comissão — que também irá começar a trabalhar — estudará a metodologia da discussão das moções de censura hoje apresentadas.

Como os trabalhos de ambas são demorados, ficou resolvido que se encerraria agora a sessão e que os trabalhos prosseguiriam às 9 horas e 30 minutos de amanhã.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Evidentemente que estou de acordo com tudo o que acaba de ser combinado, até porque estive presente nessa reunião em nome do Grupo Parlamentar do PSD, mas quero precisar que não existem duas comissões. Há uma comissão que está a trabalhar, conforme o Sr. Presidente disse, e que amanhã apresentará o seu trabalho e, em nosso entendimento, há uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares que estava convocada desde a semana passada, que não é comissão alguma, e que vai tratar da tramitação das moções de censura hoje apresentadas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, foi isso que eu quis dizer.

A sessão de amanhã começa, portanto, às 9 horas e 30 minutos.

Está encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 40 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Arons Braga de Carvalho.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Chaves Medeiros.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Moreira Portugal.

António Manuel de Oliveira Guterres.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Dieter Dellinger.
Edmundo Pedro.
Etelvina Lopes de Almeida.
Fernando Reis Luís.
Florêncio Joaquim Quintas Matias.
Florival da Silva Nobre.
Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
Jerónimo da Silva Pereira.
João da Silva.
Joaquim José Catanho de Meneses.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
José Macedo Fragateiro.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Luís Abílio da Conceição Cacito.
Luís Alfredo Cardoso Monteiro.
Luís José Godinho Cid.
Manuel do Carmo Mendes.
Manuel Francisco Costa.
Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
Telmo Ferreira Neto.
Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
Armando António Correia.
Eduardo José Vieira.
José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
José Theodoro de Jesus da Silva.
Manuel Henriques Pires Fontoura.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
António Jacinto Martins Canaverde.
Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
José Cunha Simões.
José Manuel Cabral Fernandes.
Luís Esteves Ramires.
Nuno Krus Abecasis.
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
Vitor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Georgete de Oliveira Ferreira.
Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
Joaquim Gomes dos Santos.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Victor Henrique Louro de Sá.

Independentes

Amantino Marques Pereira de Lemos.
António Augusto Gonçalves.
António Joaquim Veríssimo.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
António Jorge de O. Aires Rodrigues.
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
Arcanjo Nunes Luís.
Fernando Adriano Pinto.

Francisco Barbosa da Costa.
João António Martelo de Oliveira.
João Lucílio Cacela Leitão.
José Alberto Ribeiro.
José Justiniano Tabuada Brás Pinto.
José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
Júlio Maria Alves da Silva.
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
Manuel Cunha Rodrigues.
Manuel Valentim Pereira Vilar.
Olívio da Silva França.
Rúben José de Almeida Raposo.
Victor Hugo Mendes dos Santos.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Cândido Miranda Macedo.
António Fernandes da Fonseca.
Armando F. C. Pereira Bacelar.
Armando dos Santos Lopes.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
Fernando Tavares Loureiro.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Joaquim Manuel Barros de Sousa.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
José dos Santos Francisco Vidal.
José Gomes Fernandes.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Maria Parente Mendes Godinho.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
Sérgio Augusto Nunes Simões.

Partido Social-Democrata (PSD)

Alvaro Barros Marques de Figueiredo.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Coutinho Monteiro de Freitas.

António José dos Santos Moreira da Silva.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Fernando José da Costa.
Fernando José Sequeira Roriz.
Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
Maria Élia Brito Câmara.
Nicolau Gregório de Freitas.

Centro Democrático Social (CDS)

Alvaro Dias de Sousa Ribeiro.
Alvaro Manuel Brandão Estêvão.
António Simões Costa.
Carlos Alberto Faria de Almeida.
Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
Francisco António Lucas Pires.
Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
João Lopes Porto.
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
Narana Sinai Coissoró.
Rui Garcia de Oliveira.
Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Jorge do Carmo da Silva Leite.
José Manuel da Costa Carreira Marques.

Independentes

Américo de Sequeira.
Antídio das Neves Costa.
António Egídio Fernandes Loja.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
Carlos Galvão de Melo.
Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
José Gonçalves Sapinho.
José Ferreira Júnior.
Mário Fernando de Campos Pinto.
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDACÇÃO, *José Pinto.*

PREÇO DESTE NÚMERO 4\$00

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA